Publicado em 17/12/2022 - 05:54

Congresso muda orçamento secreto antes de o STF acabar o julgamento

Mudança feita por deputados e senadores ocorreu dias antes da conclusão de julgamento sobre o assunto no STF

Congresso altera o orçamento secreto

SAMANTHA KLEIN
samantha.klein@rdgaucha.com.br

Deputados federais e senadores, em sessão do Congresso considerada relâmpago, aprovaram na sexta-feira projeto de resolução que muda os critérios de distribuição das emendas de relator, também conhecidas como orçamento secreto. Agora, a proposta será promulgada.

A votação havia sido postergada para a próxima terça-feira, mas houve novo acordo na noite de quinta-feira. A avaliação dos deputados que participaram da sessão do Congresso era de que não faria sentido ficar esperando pela decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que poderá declarar a inconstitucionalidade das emendas. O julgamento da Corte máxima será retomado na segunda-feira.

Placares

Por se tratar de sessão conjunta do Congresso, o projeto foi votado em duas etapas. Na primeira, com deputados, a proposta foi aprovada por placar folgado de 328 votos a favor e 66 contra. Em seguida, 44 senadores avalizaram o texto e 20 foram contrários. Duas tentativas de alteração foram rejeitadas.

– Não temos massa crítica para derrubar as RP9 (*emendas de relator*). Por isso, estamos aprovando um projeto que melhora a transparência dessas emendas. Neste momento, colocar alguma regra é melhor que o caos – avaliou o senador Jean Paul Prates (PT-RN).

A proposta do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), prevê que 80% dos valores sejam indicados em emendas por deputados e senadores, de acordo com o tamanho das bancadas. Os presidentes dos partidos darão aval sobre acolher ou não as demandas. Além disso, os presidentes da Câmara e do Senado terão 7,5% cada um para propor emendas e até 5% para indicações conjuntas do relator do orçamento e presidente da Comissão Mista de Orçamento.

Do total de emendas, 50% deverão ser destinadas para saúde, educação ou assistência social. Ou seja, cerca de R$ 9,5 bilhões dos R$ 19,4 bilhões reservados às RP9 iriam para estas áreas no ano que vem.

O senador Renan Calheiros (MDB-AL) fez duras críticas à matéria, especialmente à indicação de parte dos recursos pelos presidentes da Câmara e do Senado. Para Renan, a parcela para Arthur Lira (MDB-AL) – adversário político dele – e Pacheco agrava a impessoalidade da destinação dos recursos para emendas.

– Esse projeto de resolução não resiste a nenhum controle de constitucionalidade, não vai ter eficácia porque não resolve a transparência, nem a impessoalidade na destinação dos recursos – disse Renan.

Segundo o atual relator do orçamento, senador Marcelo Castro (MDB-PI), o texto aprovado dá às emendas um processo transparente. Com a proposta, não haverá mais a possibilidade de indicação de emenda por usuários externos, como prefeitos, servidores e entes privados.

Visita

No STF, o placar da votação está cinco a quatro pela inconstitucionalidade do orçamento secreto. Faltam os votos de Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski. Pacheco disse que, se a Corte declarar a inconstitucionalidade das emendas de relator, caberá à Comissão Mista do Orçamento (CMO) definir como esses recursos serão realocados.

Mesmo ministros que consideraram o orçamento secreto constitucional cobraram transparência na aplicação. A proposta aprovada mantém com líderes partidários o poder de distribuição das verbas.

Após a votação no Congresso, Lewandowski esteve no gabinete de Pacheco e sinalizou que vai considerar o projeto de resolução aprovado no Legislativo.

*Com agências de notícias

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Pagina: 8

Copyright © Clipclap 2026.